

AUDITOR FISCAL

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Administração Aduaneira e Modelo de Controle - MCA

1

Tendo em vista o papel histórico e atual das aduanas, assim como a evolução de sua missão e de suas atribuições até os dias atuais, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Até a metade do século passado, as funções das aduanas se resumiam à arrecadação de tributos e à aplicação de proibições e restrições à entrada ou saída de mercadorias (funções exercidas por meio de medidas tarifárias e não tarifárias).
- (B) O documento da OMA, conhecido como Marco SAFE, foi criado para estabelecer uma maior facilitação de negócios legítimos e um comércio internacional mais seguro, como resposta da comunidade aduaneira global às ameaças à segurança da cadeia de abastecimento.
- (C) O Brasil, assim como a maioria dos países, insere a Aduana na estrutura do Ministério da Fazenda, tendo tal estrutura guardada no art. 237 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que o controle e fiscalização do comércio exterior e do comércio interno serão realizados pelo Ministério da Fazenda.
- (D) A OMA destaca que, hoje em dia, a missão mundialmente aceita das Aduanas é desenvolver e implementar um conjunto de políticas e procedimentos integrados que garantam uma segurança cada vez maior, assim como o ingresso de receitas e a facilitação efetiva do comércio.
- (E) As aduanas desempenham funções econômicas e não econômicas, estando entre as funções não econômicas a de segurança pública e do Estado, incluindo o combate ao crime organizado internacional e ao terrorismo, controlando a movimentação de bens sensíveis.

2

Com relação à estrutura e às atribuições da administração aduaneira, na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete à Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep), uma das três coordenações jurisdicionadas pela Suana (Subsecretaria de Administração Aduaneira), gerenciar as atividades relativas ao controle aduaneiro e, em especial, à execução da fiscalização aduaneira.
- (B) A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), por meio da Coordenação Operacional Aduaneira e sua divisão de Divisão de Controles Aduaneiros Especiais (Dicae), é responsável pelo controle aduaneiro de remessas expressas e postais internacionais, bem como de bens de viajantes, inclusive bagagem desacompanhada.
- (C) A RFB possui uma infraestrutura de informática – servidores, bancos de dados, redes de telecomunicações, estações de trabalho – específica para as atividades aduaneiras, devido à especificidade dos contribuintes e das operações realizadas, envolvendo conexão com diversos órgãos de controle.
- (D) O desafio para um controle aduaneiro eficaz, no Brasil, é muito grande, devido à extensão do território nacional e da amplitude de suas fronteiras terrestres e de sua orla marítima; e, por isso, é importante a descentralização e a capilarização da atuação aduaneira.
- (E) A Coordenação Especial de Riscos Aduaneiros (Corad) é competente para gerir e, em conjunto com as Unidades Descentralizadas, executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro, desmembrando-se em duas coordenações de área, além de um Centro Nacional de Operadores Econômicos Autorizados (CeOEA).

3

Sobre os processos de trabalho aduaneiros e o fluxo do comércio internacional, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa..

- () Entre as atividades desempenhadas pelos servidores da RFB, há processos que são comuns à área tributária e aduaneira, enquanto outros são exclusivos à área aduaneira.
- () Os processos de trabalho que tratam de “autorizar intervenientes” são comuns às áreas tributária e aduaneira, sendo imprescindíveis à adequada identificação das características de cada interveniente e à gestão de riscos.
- () No Brasil, é obrigatória a atuação de despachantes aduaneiros, na intermediação de atividades de importação e exportação; porém, em alguns casos, os operadores econômicos autorizados podem substituir o despachante aduaneiro.
- () O controle dos processos de importação e exportação, baseado em uma gestão de riscos bem aplicada aos trâmites prévios ao despacho, permite que haja seletividade mais eficaz e maior celeridade na liberação das mercadorias.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – V – F.
- (E) V – F – V – V.

4

As opções a seguir apresentam elementos que caracterizam nova solução estratégica para as aduanas modernas, de acordo com o documento *Customs in the 21st Century, à exceção de uma*. Assinale-a.

- (A) A colaboração Aduana-Empresa.
- (B) A melhor coordenação da gestão das fronteiras.
- (C) A conexão global e em tempo real entre as aduanas.
- (D) O predomínio das medidas tarifárias.
- (E) A gestão de riscos baseada em informações antecipadas.

5

No que se refere ao controle aduaneiro e à fiscalização aduaneira, assinale a afirmativa correta.

- (A) As operações de controle aduaneiro não se referem, necessariamente, a uma efetiva ação fiscal, podendo abranger o acompanhamento ou o monitoramento, inclusive remoto, e ocorrem, em regra, posteriormente à operação de fiscalização aduaneira.
- (B) São ações de controle aduaneiro, entre outras, a identificação dos sujeitos passivos e a caracterização de suas responsabilidades quanto à matéria aduaneira, assim como a delimitação ou segregação física de locais e recintos alfandegados.
- (C) A fiscalização aduaneira é focada nas operações de comércio exterior, abrangendo, entre outras, os registros de informação sobre a movimentação, estocagem e transformação industrial de mercadorias em recintos alfandegados e a inspeção periódica das condições de alfandegamento dos recintos.
- (D) O controle aduaneiro visa garantir a efetividade da fiscalização, sendo focado em ações que permeiam as operações de comércio exterior, como, por exemplo, a inspeção de sistemas informatizados das pessoas sujeitas ao controle aduaneiro para fins de alfandegamento.
- (E) Além da fiscalização no curso do despacho até a liberação da mercadoria, a RFB também exerce outras modalidades de fiscalização aduaneira, como vigilância aduaneira, representação fiscal aduaneira e auditorias posteriores à liberação das mercadorias.

Controle de Carga, Fluxo de Informações e Gestão Coordenada de Fronteiras - CCA

6

Com relação às vias de transporte de carga utilizados no comércio exterior brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O transporte de cargas pelo modal aéreo permite a transferência segura e rápida de qualquer mercadoria, sendo o mais utilizado para a exportação de *commodities*.
- (B) O transporte ferroviário de cargas é o mais utilizado nas transações comerciais com os países do Mercosul devido a ampla malha ferroviária disponível e a total inexistência de barreiras estruturais nas linhas férreas.
- (C) A utilização do modal terrestre ocorre, principalmente, no âmbito dos países do Mercosul em virtude da proximidade geográfica e a facilidade de acessos por rodovias.
- (D) A utilização do modal aquaviário restringe-se somente à navegação de interior e lacustre, realizada nos rios que transpõem os países ou servem como divisas naturais.
- (E) O transporte por diferentes modais deve ser realizado por um único tipo de veículo apto a rodar por vias terrestres e ser carregado em um avião ou em uma embarcação.

7

Acerca do regime especial de trânsito aduaneiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle do regime de trânsito aduaneiro se inicia com a habilitação do transportador para operar no regime, que, atualmente, prescinde da apresentação de garantia em todos os casos.
- (B) O trânsito aduaneiro é concluído automaticamente pelo sistema caso haja o registro de chegada do veículo, não seja constatado indícios de violação dos elementos de segurança, tampouco divergência na informação de armazenamento.
- (C) Um trânsito aduaneiro interrompido em nenhuma hipótese poderá seguir para a unidade de destino inicialmente informada.
- (D) Após a conclusão do trânsito, a carga transportada estará automaticamente desembaraçada para entrega ao importador.
- (E) O regime de trânsito aduaneiro permite tão somente a transferência de carga de uma zona primária (local de chegada do veículo estrangeiro no país) para uma zona secundária (portos secos ou CLIAS) com a suspensão de tributos.

8

A Gestão Coordenada de Fronteiras (GCF) consiste em iniciativas para implementar ações coordenadas e integradas para as atividades de controle aduaneiro entre países fronteiriços. Dentre as iniciativas citam-se a Área de Controle Integrado, a Janela Única e o Marco SAFE.

O objetivo principal da GCF consiste em

- (A) centralizar o controle aduaneiro em nas capitais que são cidades sedes de Superintendências Regionais da RFB.
- (B) facilitar o comércio exterior por meio da cooperação e ação coordenada entre órgãos dos países fronteiriços.
- (C) intensificar o controle manual das operações em detrimento à utilização de sistemas informatizados.
- (D) reduzir o número de intervenientes do comércio exterior.
- (E) compartimentalizar procedimentos, de modo que cada ponto de fronteira tenha suas próprias normas e regras para o controle aduaneiro.

9

O manifesto de carga é um documento emitido pelo transportador e nele constam informações das mercadorias que foram carregadas em um ponto no exterior e terão como destino um determinado local em território nacional.

Com base nos requisitos impostos pela Receita Federal do Brasil, o manifesto de carga deverá, obrigatoriamente, conter

- (A) o número das faturas comerciais e os respectivos romaneios de carga associadas ao conhecimento de carga transportado no veículo.
- (B) a informação de todos os portos de escala no exterior, mesmo os portos em que não ocorreram a baldeação da carga.
- (C) data, local e nome do agente de cargas emissor dos conhecimentos agregados, ou master, transportados no veículo.
- (D) o consignatário do conhecimento de carga listado no manifesto de carga.
- (E) a quantidade, pesos e valor total da mercadoria na moeda de origem.

Despacho Aduaneiro Operacional - DDA

10

Com relação ao despacho aduaneiro de importação no Brasil, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Para registrar DI o importador deve estar previamente habilitado a operar no comércio exterior, porém a habilitação não é necessária para o registro de Duimp.
- II. O registro da declaração de importação deve ocorrer em até 90 dias da descarga, se a mercadoria estiver em recinto alfandegado de zona primária.
- III. Caso o importador não registre a declaração de importação nos prazos legais, a mercadoria será considerada abandonada e será lavrado o auto de infração para aplicação da pena de perdimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

11

Sobre o despacho aduaneiro de importação com base na Declaração de Importação (DI), assinale a afirmativa correta.

- (A) O registro da DI pode ser feito antes da chegada da carga, somente no caso de o importador ser certificado como Operador Econômico Autorizado (OEA).
- (B) A seleção para o canal verde de conferência aduaneira dispensa o exame documental, mas exige obrigatoriamente a verificação física da mercadoria.
- (C) A verificação da mercadoria é realizada sempre com a presença do importador e pode ser realizada por Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, desde que sob supervisão de Auditor-Fiscal.
- (D) A entrega da mercadoria ao importador pode ocorrer antes do desembaraço, desde que autorizada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.
- (E) O desembaraço aduaneiro pode ser realizado por qualquer servidor da Receita Federal, desde que autorizado pelo chefe da unidade de despacho.

12

Com base nos procedimentos de despacho aduaneiro de importação por meio da Declaração Única de Importação (Duimp) e da Declaração Simplificada de Importação (DSI), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O canal único de conferência da Duimp é definido com base no nível de conferência mais gravoso indicado por qualquer órgão participante, seja a Receita Federal ou os órgãos anuentes.
- (B) A Duimp pode ser registrada de forma antecipada, ou seja, antes da chegada da carga, independentemente do tipo de operação ou importador.
- (C) A conferência dos órgãos anuentes, como Anvisa e MAPA, ocorre em paralelo à conferência aduaneira da Duimp.
- (D) A entrega antecipada da mercadoria objeto de Duimp pode ser autorizada mesmo que a conferência dos órgãos anuentes ainda não tenha sido concluída, desde que o respectivo órgão autorize no sistema.
- (E) No despacho com DSI registrada no Siscomex, os documentos instrutivos devem ser anexados digitalmente, da mesma forma que ocorre com a DI e a Duimp.

13

Com relação ao despacho aduaneiro de exportação por meio da DU-E, assinale a afirmativa correta.

- (A) A verificação física da mercadoria é obrigatória para DU-E selecionada para canal cinza de conferência aduaneira.
- (B) O desembaraço aduaneiro pode ser realizado por qualquer servidor da Receita Federal, desde que autorizado pelo chefe da unidade.
- (C) A DU-E será cancelada automaticamente pelo sistema, se não ocorrer a apresentação da carga para despacho no prazo previsto em norma.
- (D) O evento Carga completamente Exportada (CCE) ocorre antes do desembaraço e autoriza o embarque da mercadoria.
- (E) A não vinculação do LPCO à DU-E sempre impede o embarque ou transposição de fronteira da mercadoria.

14

De acordo com o processo de despacho aduaneiro de exportação via DU-E, relacione os elementos a seguir às respectivas descrições.

1. DU-E
 2. LPCO
 3. CCE
 4. Canal Laranja
 5. Averbação
- () Documento eletrônico que serve de base para o despacho aduaneiro de exportação.
- () Documento eletrônico obtido no Portal Siscomex, exigido por órgãos anuentes.
- () Evento que marca o fim do controle de carga na exportação.
- () Exige análise documental, mas dispensa verificação física da mercadoria.
- () Confirmação da saída da mercadoria do País.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- (B) 3 – 4 – 5 – 1 – 2.
- (C) 1 – 2 – 5 – 4 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.
- (E) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.

Gestão do Crédito Tributário

15

Letícia recebeu notificação de lançamento relativa ao IRPF/2025. Todavia, tomou conhecimento da autuação após o prazo regular para impugnação, pois o condomínio onde mora havia remetido a notificação para outra unidade.

A contribuinte ingressou com impugnação, alegando preliminar de tempestividade, requerendo seu encaminhamento à autoridade julgadora de primeira instância, mas também solicitou a revisão do lançamento por erro de fato, apresentando comprovantes de despesas médicas de que não dispunha por ocasião da intimação da Equipe de Malha Fiscal.

Considerando a situação descrita, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Tendo em vista a interposição de impugnação com preliminar de tempestividade, compete à autoridade julgadora de primeira instância apreciar a revisão de ofício por erro de fato.
- () A interposição de impugnação não impede a revisão de ofício do lançamento, relativamente ao erro de fato, que pode e deve ser apreciado pela autoridade lançadora da Equipe de Malha Fiscal.
- () A revisão de ofício só será cabível se, após a apreciação da preliminar de tempestividade pela autoridade julgadora de primeira instância, for declarada a intempestividade da impugnação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – F – F.

16

Tendo recebido notificação de lançamento automática do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, por omissão de rendimentos, Rodrigo ingressou com Solicitação de Revisão do Lançamento (SRL), alegando que o valor supostamente omitido se refere à compensação recebida por folgas indenizadas e que tais valores, de acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), têm caráter indenizatório, o que levou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitir parecer dispensando a contestação de ações judiciais sobre o tema, parecer este que possui caráter vinculante para a Receita Federal. A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Não é cabível a revisão de ofício por meio de SRL, já que a notificação foi emitida automaticamente pelo cruzamento de informações nos sistemas da Receita Federal.
- II. Tendo em vista que não se trata de erro de fato, o contribuinte deveria apresentar impugnação – e não SRL – que será apreciada pela autoridade julgadora de primeira instância (DRJ).
- III. Muito embora se trate de questão de interpretação jurídica, a revisão de ofício é cabível, pois existe ato vinculante – no caso, parecer da PGFN – que acatou interpretação distinta à matéria que deu causa ao lançamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Uma empresa ingressou com mandado de segurança e obteve liminar afastando a aplicação de lei tributária que majorou a base de cálculo da Cofins.

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por liminar em mandado de segurança, não impede o lançamento de ofício, caso a empresa não declare o crédito tributário sub judice, a fim de evitar a decadência do lançamento.
- II. A liminar judicial não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, posto que não cabe mandado de segurança contra lei em tese e, assim, a empresa deveria ter ingressado com ação ordinária.
- III. A suspensão da exigibilidade, por meio de concessão de liminar em mandado de segurança, está condicionada ao depósito do montante integral do crédito tributário sub judice.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18

Avalie situações descritas a seguir.

- I. Contribuinte recebeu notificação de lançamento do IRPF, por omissão de rendimentos, apurada pela malha fiscal, ao cruzar informações prestadas pela fonte pagadora e aquelas declaradas pela contribuinte. Irresignada, a contribuinte, utilizando o e-CAC, formalizou uma Solicitação de Retificação do Lançamento, de modo a comprovar que, na verdade, tratava-se de erro da empresa, que transmitiu a declaração utilizando o CNPJ da matriz e entregou à funcionária um informe de rendimentos sob o CNPJ do estabelecimento filial em que ela trabalha.
- II. Em sede de impugnação, uma empresa conseguiu decisão parcialmente favorável, que descaracterizou a majoração da multa de ofício. Em vista do valor vultoso exonerado, a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, por força legal, interpôs recurso de ofício contra o acórdão por ela própria exarado.
- III. Após o resultado do julgamento de primeira instância, mantendo a autuação, o contribuinte ingressou com ação judicial contra o lançamento de ofício e, ao mesmo tempo, fundado nos mesmos argumentos, interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual não foi conhecido pela autoridade julgadora de segunda instância, tendo em vista a prevalência das decisões judiciais.
- IV. Contribuinte compareceu ao CAC da Receita Federal relatando que tentou parcelar o auto de infração que sofreu, em vista de fiscalização que glosou deduções não comprovadas por documentação hábil, mas que o sistema não estava aplicando a redução de 40% na multa de ofício, tal como constava nas orientações da autuação. A servidora que o atendeu explicou que a redução era aplicada para pagamento ou parcelamento efetuado dentro do prazo de 30 dias após a ciência do lançamento, prazo esse que já tinha expirado. Irresignado, o contribuinte apresentou recurso contra a não aplicação da redução da multa ao parcelar o auto de infração, solicitando que suas alegações fossem apreciadas pela autoridade administrativa competente.

A partir dessas situações, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A SRL, mencionada na situação descrita em I, é um exemplo de via não litigiosa de alteração do lançamento.
- (B) Em II, impugnação e recurso de ofício constituem exemplos de modalidade litigiosa de alteração do lançamento.
- (C) Em III, impugnação e recurso voluntário são exemplos de modalidade litigiosa de alteração do lançamento.
- (D) Em IV, o recurso apresentado não pode ser considerado uma modalidade de alteração do crédito tributário.
- (E) Todas as situações descritas apresentam exemplos de modalidades litigiosas de alteração do lançamento.

19

Fábio é taxista e há tempos tem a intenção de comprar um carro elétrico, mas vem adiando essa aquisição devido ao alto custo deste tipo de veículo. Porém, ficou animado após ler a notícia a seguir.

**BYD Dolphin Mim terá preço de R\$ 98,5 mil
na venda direta a taxistas**

Versão de entrada tem valor sugerido de R\$ 118.990 e descontos com sistema diferenciado de comercialização.

Com o início da operação de sua fábrica em Camaçari, na Bahia, a montadora chinesa BYD esquentou a disputa por preços mais competitivos de modelos elétricos e híbridos no mercado brasileiro. Com produção local, a fabricante ingressa no mercado de vendas diretas (da fábrica para alguns tipos de clientes) e pode oferecer novos descontos, já que se beneficiará de isenções de impostos. Com isso, a nova versão de entrada do Dolphin Mini será oferecida por até R\$ 98,5 mil.

A montadora informou que além do Dolphin Mini, os modelos BYD King e BYD Song Pro, produzidos nacionalmente, terão isenção de IPI e ICMS para clientes de vendas diretas. Com descontos, a marca pretende ampliar sua participação no mercado de eletrificados no país. O alto valor dos veículos elétricos e híbridos ainda é uma barreira, apontam especialistas.

(Trecho de reportagem de João Sorima Neto, publicada no jornal O Globo, em 17/10/2025, destaques não originais).

Agora, decidiu concretizar esse desejo e precisa formalizar o pedido de isenção do IPI perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Nesse contexto, dentre as ações e requisitos necessários para obter a isenção, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Fábio deverá fazer o requerimento de forma eletrônica, diretamente no Sistema de Concessão Eletrônica de Isenção de IPI e IOF (Sisen).
- (B) Caso a compra não seja feita por financiamento bancário, Fábio precisará comprovar possuir recursos financeiros ou patrimoniais compatíveis com o valor do veículo a ser comprado.
- (C) Para comprovar sua profissão, Fábio precisa apresentar sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), onde deverá constar a informação de que ele exerce atividade remunerada de taxista.
- (D) A decisão acerca do deferimento ou indeferimento do pedido será proferida por meio de despacho eletrônico diretamente no SISEN e, para consultar o resultado do requerimento, Fábio deverá acessar referido sistema.
- (E) Caso o requerimento seja indeferido, Fábio poderá apresentar recurso, diretamente no Sisen ou de forma presencial em qualquer unidade de atendimento da Receita Federal do Brasil, no prazo de 30 dias.

20

Veja a seguir o trecho de uma reportagem publicada no jornal Valor Econômico, em 17/10/2025.

“Gastos tributários avançam e devem ir a 7,1% do PIB em 2026

Contas públicas

FGV Ibre projeta alta de 0,65 ponto percentual na soma das renúncias de União e Estados; total para o ano que vem supera R\$ 950 bi

Os gastos tributários federais e estaduais vêm crescendo. No total de União e Estados, esses gastos devem somar R\$ 954,73 bilhões em 2026, equivalente a 7,1% do Produto Interno Bruto (PIB), 0,6 ponto percentual (p.p.) a mais do que devem alcançar em 2025. Em 2017 correspondiam a 5,5% do PIB. A parcela da União é maior, mas o avanço como proporção do PIB tem ritmo mais forte nos Estados. Os gastos tributários federais devem subir de 4,4% para 4,6% do PIB de 2017 a 2026, em acréscimo de 0,2 p.p. A parte dos Estados, com Distrito Federal, deve subir de 1,1% para 2,5% do PIB, alta de 1,4 p.p.

Gastos tributários são políticas públicas que trazem renúncias fiscais relativas a grupos específicos que se beneficiam de tratamento diferenciado do sistema tributário padrão, de referência.”

Trecho de reportagem de Marta Watanabe, publicada no jornal Valor Econômico, em 17/10/2025.

No atual cenário econômico, os valores “gastos” pelo governo a título de renúncias fiscais têm ganhado bastante destaque na imprensa. Essas renúncias, em sua grande maioria, são oriundas da concessão de benefícios fiscais.

Sobre benefícios fiscais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando um novo benefício fiscal é criado pelo governo, é necessário avaliar qual será o impacto orçamentário-financeiro esperado. Porém, esta avaliação não é exigida nos casos de prorrogação de prazo ou ampliação do benefício.
- (B) Uma vez concedido o benefício fiscal, o contribuinte não precisa cumprir nenhum requisito ou exigência para manter a sua fruição.
- (C) O regime especial de tributação é uma forma diferenciada de tributação aplicada a determinado setor ou atividade empresarial, mas não possui qualquer relação com a fruição de benefício fiscal ou redução de carga tributária.
- (D) São requisitos comuns à maioria dos benefícios fiscais: a sua escrituração na ECF; a manutenção da regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações acessórias.
- (E) Os benefícios fiscais podem ser concedidos por lei genérica, por decreto e por medida provisória.

21

Consoante disposto no Art. 113, §§ 2º e 3º, do CTN, a obrigação acessória tem como finalidade as prestações previstas na legislação tributária, no interesse da arrecadação ou da fiscalização. A sua inobservância faz com que a obrigação acessória se converta em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Neste contexto, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As obrigações acessórias podem ser classificadas em obrigações acessórias constitutivas de crédito tributário, informações econômico-fiscais e prestações obrigatórias.
- () É por meio das obrigações acessórias constitutivas de crédito tributário, como por exemplo o e-Social, a ECF e a EFD-Contribuições, que o contribuinte confessa os valores devidos e informa a(s) forma(s) de extinção do crédito tributário.
- () As prestações obrigatórias referem-se, normalmente, à antecipação de tributos. São exemplos o pagamento do carnê-leão, para pessoas físicas, e o pagamento das estimativas de IRPJ e CSLL, para as pessoas jurídicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

22

As garantias do crédito tributário consistem em um conjunto de instrumentos jurídicos e prerrogativas que visam assegurar ao Fisco o recebimento dos tributos devidos pelos contribuintes. Esses mecanismos funcionam como formas de proteção que reforçam a posição do Estado na relação com o devedor, reduzindo o risco de inadimplência e garantindo a arrecadação dos recursos públicos. Uma das medidas mais efetivas para garantir a arrecadação é a responsabilização tributária.

A esse respeito, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As empresas que integram grupo econômico respondem solidariamente pelas obrigações relativas à seguridade social: CSLL, PIS, Cofins e retenções previdenciárias. Portanto, na falta de recolhimento destes tributos pelo devedor principal, todas as empresas que integram o grupo econômico podem ser responsabilizadas.
- (B) Quando uma empresa deixa de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, há a presunção de dissolução irregular, o que legitima o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente, de acordo com entendimento sumulado pelo STJ (Súmula 435 do STJ).
- (C) A prática de atos em que ocorra infração à lei ou ao contrato social permite a responsabilização dos administradores da pessoa jurídica ou dos responsáveis por ela. Trata-se de responsabilidade pessoal ao agente.
- (D) No caso de incorporação de pessoa jurídica, cabe à pessoa jurídica sucessora a responsabilidade pelo pagamento dos tributos devidos até o momento da incorporação.
- (E) A responsabilização tributária aplica-se apenas para tributos devidos por pessoas jurídicas, inexistindo responsabilidade por sucessão no caso de pessoas naturais.

23

O ressarcimento é um dos direitos creditórios de maior impacto. Isso porque seus volumes são significativos. Esse direito creditório relaciona-se com políticas de incentivo à exportação, ao incentivo de cadeia produtivas e a outras políticas públicas no Brasil.

Sobre esse direito creditório, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ressarcimento ocorre do pagamento a maior de retenção na fonte. A partir desse recolhimento, ele surge para o beneficiário desse pagamento – e não para quem efetivamente realizou o pagamento da retenção na fonte.
- (B) O ressarcimento é a devolução de créditos presumidos, cujos valores ultrapassam os tributos apurados relacionados a esses créditos.
- (C) O ressarcimento e a restituição são conceitos iguais aplicados a tributos diferentes. O primeiro aborda PIS e Cofins; o segundo, IRPJ e CSLL.
- (D) A diferença entre ressarcimento e restituição é formal/operacional. O primeiro só pode ser utilizado na forma de compensação. O segundo pode ser compensado ou pago ao solicitante.
- (E) Quando pessoas físicas apuram ressarcimento, elas só podem solicitar tais valores na forma de devolução do dinheiro; e não na forma de compensação.

24

A restituição, o ressarcimento e o reembolso são formas de direito creditório. A despeito de serem usualmente tratadas como sinônimos, há pequenas diferenças entre esses direitos creditórios.

Sobre a característica desses direitos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O reembolso é direito creditório tipicamente de origem previdenciária. Ele surge do pagamento de benefícios sociais, como o auxílio-doença e o salário-maternidade.
- (B) O reembolso é o equivalente ao ressarcimento, em crédito previdenciário. Ele surge de um crédito presumido, todavia, relativo a tributos previdenciários; já o ressarcimento surge de créditos presumidos de PIS e Cofins, por exemplo.
- (C) Não há declaração de compensação cujo fundamento é um crédito de reembolso.
- (D) Tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem apurar reembolso. A diferença é que as empresas podem utilizá-lo de declaração de compensação. Já as pessoas físicas não podem.
- (E) Atualmente, um mesmo Darf pode recolher mais de um tributo. Esses tributos podem ser previdenciários ou não previdenciários. Desse modo, atualmente, um mesmo Darf pode originar um ressarcimento e uma restituição.

25

Acerca dos efeitos, da homologação e do processamento da compensação de créditos tributários no âmbito administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A compensação é forma de suspensão do crédito tributário. Assim, uma vez compensado um débito, ele fica inexigível até análise da Receita Federal.
- (B) A compensação não homologada pela Receita Federal pode ser objeto de discussão administrativa. Enquanto essa discussão ocorre, o débito pode ser exigido da empresa ou cidadão.
- (C) As compensações têm três resultados possíveis. Elas podem ser homologadas, não homologadas ou não declaradas. A primeira é aquela analisada pela Receita Federal e deferida; a segunda, é aquela não analisada pela Receita; a terceira é aquela analisada e indeferida.
- (D) As declarações de compensação são sempre eletrônicas. Quando elas se realizam de maneira não eletrônica (em formulário), são consideradas não declaradas.
- (E) Uma vez iniciado o processo administrativo fiscal (PAF), não há que se falar em cobrança dos débitos em discussão até o fim do PAF.

26

O sistema Per/Dcomp tem mais de 20 anos. Trata-se de um aplicativo em aprimoramento, que recebe evoluções com frequência. A despeito disso, há situações em que não é possível o pedido de forma eletrônica. Algumas dessas situações são, inclusive, previstas em norma.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não é possível prever todas as situações excepcionais; dessa forma, em caso de pedido feito em formulário sob alegação de falha do sistema Per/Dcomp, cabe ao contribuinte comprovar a falha.
- (B) Com alguma frequência, um pedido de restituição que deveria ser realizado de forma eletrônica é apresentado em formulário ou por algum requerimento à mão; nessas situações, o indeferimento do pedido é sumário.
- (C) Com alguma frequência, um pedido de compensação que deveria ser realizado de forma eletrônica é apresentado em formulário ou por algum requerimento à mão; nessas situações, a compensação é considerada não declarada.
- (D) O indeferimento sumário e a não declaração podem ser objeto de recurso; todavia, trata-se de recurso hierárquico, cujo prazo de contestação é de 10 dias a partir da ciência do contribuinte.
- (E) O recurso hierárquico não é enviado à DRJ (delegacia da Receita Federal de julgamento), mas apreciado pelo superior hierárquico de quem decidiu sobre o pedido objeto do recurso.

27

Em relação ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No exercício em que for realizada a inscrição no CPF, a situação cadastral será regular. Já nos exercícios seguintes, para as pessoas físicas obrigadas à entrega de DIRPF, a situação regular apenas será mantida se a referida declaração for entregue. Caso não ocorra a entrega, a situação cadastral será automaticamente alterada para “Suspensa”.
- (B) Foi criado por meio da Lei nº 4.862/1965 com o objetivo de que a administração tributária nacional pudesse coletar as informações das Pessoas Físicas que eram obrigadas a apresentar a declaração de rendimentos e bens, ou seja, servia para identificar os contribuintes do Imposto de Renda.
- (C) Com o passar do tempo, porém, o CPF ganhou uma importância muito maior; hoje, é utilizado em várias atividades cotidianas, por exemplo, nas atividades financeiras – abertura de contas, solicitação de empréstimos e financiamentos, solicitação de cartão de crédito –, bem como nos cadastros governamentais para acesso a serviços públicos, tais como saúde, educação e previdência social.
- (D) Qualquer pessoa física, mesmo que não obrigada, pode solicitar a sua inscrição.
- (E) A relação das pessoas obrigadas a se inscrever no CPF consta no Art. 32 do Decreto nº 9.723/2019, e no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.548/2015. De forma bem resumida, pode-se dizer que estão obrigadas a se inscrever no CPF as pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, não residentes no Brasil ou residentes no Brasil que possuam bens e direitos sujeitos a registro público no Brasil, inclusive imóveis; veículos; embarcações; aeronaves; contas-correntes bancárias; aplicações em mercado financeiro; e aplicações em mercado de capital.

28

O Globo - 16/10/2025

Operação da Receita de SP mira empresas que emitiam notas 'frias' para vender bebidas a bares

Agentes fiscais procuram ligações entre fornecedores e bares onde vítimas foram intoxicadas com metanol

O governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, realizou nesta quinta-feira (16) uma operação em estabelecimentos ligados a casos de intoxicação por metanol. Após investigação da pasta, em conjunto com a Polícia Civil, os agentes procuraram a ligação entre um dos fornecedores de bebidas e dois bares onde foram constatadas vítimas de intoxicação após o consumo de produtos adulterados.

Na ação, intitulada "Gota a gota", foram fiscalizadas dez empresas na capital e na Região Metropolitana. Em oito locais, as firmas não foram encontradas nos endereços declarados ao fisco, o que é um indício que as notas emitidas para estes estabelecimentos são “frias”. Por isso, as oito empresas terão inscrições estaduais suspensas.

Nos locais, a fiscalização identificou diversas mudanças de endereços e de razões sociais entre contribuintes, o que sugere indícios de grupos e redes coligadas de atuação no setor de bebidas destiladas.

Num só endereço, eram cinco empresas. Chamou a atenção que uma delas pediu alteração de razão social e alteração de endereços na semana passada após infelizmente os fatos ocorridos. O dia de hoje é importante porque foi encontrado um fornecedor que segue um caminho de documentos fiscais que chegam aos dois bares que já tiveram, infelizmente, casos de contaminação – informou o auditor fiscal Marcio Araújo, responsável pela operação.

Por Sérgio Quintella — São Paulo – 16/10/2025 14h46

Baseado na reportagem acima, acerca do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), assinale a afirmativa correta.

- (A) A suspensão das inscrições estaduais é considerada uma alteração cadastral de ofício perante CNPJ
- (B) Verificada a divergência entre dado cadastral informado no CNPJ e dado registrado em ato constitutivo, alterador ou extintivo, a alteração cadastral no CNPJ deve ser realizada de ofício.
- (C) O/A Auditor (a) Fiscal da Receita Federal do Brasil não tem competência para prática de atos de ofício perante o CNPJ.
- (D) As cinco empresas no mesmo endereço poderão ser canceladas por multiplicidade
- (E) As empresas que tiverem a situação cadastral enquadrada como suspensa perante o CNPJ, não poderão retornar à condição de ativa perante o CNPJ.

Estado, Sociedade e Transformação Digital

29

Se você estivesse diante do desafio de integrar as aduanas de diversos países em um modelo federativo de compartilhamento de dados e decidisse adotar o mesmo paradigma tecnológico utilizado no projeto bCONNECT do MERCOSUL, você sugeriria a seguinte tecnologia:

- (A) ExcriptoChain
- (B) LavoisierChain
- (C) Blockchain
- (D) TecnologiaChain
- (E) InovationChain

30

Quando você é questionado sobre o funcionamento da tecnologia de assinatura digital de documentos, baseada no paradigma de par de chaves, sobre o significado da expressão “par de chaves”, é correto afirmar que corresponde a uma

- (A) chave Estrangeira e uma primária
- (B) chave Americana e uma do Mercosul
- (C) chave Liberada e a uma Bloqueada
- (D) chave Público e uma Privada
- (E) chave do Sul e uma do Norte

31

A tecnologia de assinatura digital de documentos e a criptografia utilizadas em diversos projetos da Receita Federal do Brasil (RFB) baseiam-se no conceito de “par de chaves”.

Nesse contexto, o nome da chave que forma par com a chave privada é a Chave

- (A) Mercosul.
- (B) Republicana.
- (C) Carioca.
- (D) Pública.
- (E) Americana.

32

Assinale a opção que associa corretamente as expressões *força bruta*, *inteligência* e *Íris* apresentadas durante o curso.

- (A) O projeto Íris da RFB usou a força bruta para solucionar o excesso de inteligência.
- (B) O projeto Íris da RFB usou inteligência em contraponto a técnica de força bruta.
- (C) Iris e Força Bruta são nomes de galáxias usadas para batizar as duas últimas ações de inteligência da RFB.
- (D) Força bruta é a solução adequada para ler a Íris de animais domésticos e calcular a sua inteligência e, portanto, a sua adequação ao trabalho de localização de drogas.
- (E) Força bruta e força mole são técnicas de inteligência usadas para identificar, pela íris humana, pessoas mal-intencionadas.

33

Assinale a opção que indica a tecnologia utilizada pela Receita Federal do Brasil (RFB) que se caracteriza por adotar os paradigmas *peer-to-peer*, registrar informações de forma imutável (“gravar dados em pedra”), utilizar *smart contracts* e funcionar como um banco de dados distribuído.

- (A) Computação Quântica.
- (B) Computação em nuvem.
- (C) Blockchain.
- (D) Starlink.
- (E) Redes Sociais.

Tecnologia da Informação e Fluência em Dados II

34

Sobre *Analytics* na RFB, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A RFB aplica tardiamente tecnologia; demorou décadas para iniciar um processo de digitalização de seus serviços.
- () Somente com o advento da internet, em meados do ano 2000, a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física foi migrada para o meio eletrônico.
- () Já em 1991, a declaração de ajuste anual do imposto de renda de pessoas físicas passou a ser realizada por meio eletrônico.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

35

Sobre a história do *Analytics* na RFB, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os trabalhos de seleção interna eram realizados sem esforço, considerando que os sistemas se comunicavam diretamente.
- II. Para se extrair dados de diferentes sistemas e realizar os cruzamentos de dados, não se exigia muito trabalho manual.
- III. O *data warehouse* não é apenas um grande banco de dados, mas, sim, um ambiente que inclui um processo por meio do qual dados são coletados de diferentes origens.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

36

Acerca do *Data Warehouse Corporativo* (DW), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O DW é um ambiente que inclui um processo por meio do qual dados são coletados para apoiar as análises e o processo de tomada de decisão para o planejamento estratégico de diferentes divisões dentro da organização.
- () O DW não permite que cada usuário construa e compartilhe seus relatórios de forma flexível, juntando dados de diferentes fontes.
- () O DW armazena dados detalhados de contabilidade e notas fiscais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – V – F.

37

Acerca do ContÁgil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Suas funcionalidades se aplicavam exclusivamente à fiscalização.
- (B) Embora fosse capaz de armazenar as informações, não conseguia cruzá-las entre si.
- (C) Tornava possível visualizar graficamente, por meio do chamado “Gráfico de Fluxos Contábeis”, as movimentações que havia entre todas as contas, utilizando algoritmos que reorganizavam os dados de uma forma mais adequada.
- (D) Era capaz de receber e tratar com agilidade dados de contabilidade; mas não de notas fiscais e folha de pagamentos.
- (E) Foi construído por um pool de empresas contratadas em licitação.

38

Sobre o ambiente de *Analytics* na Receita Federal, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A infraestrutura tecnológica por trás do DW não estava dimensionada para disponibilizar o grande volume de dados do *Sped* em todos os detalhes.
- II. Colocado em produção em 2018, baseado na tecnologia *Hadoop*, o Receita Data tornou-se o principal ambiente para análise e cruzamento de dados na Receita Federal.
- III. O Receita Data consiste em um cluster de centenas de máquinas, com elevada capacidade de memória, CPU e discos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Sigilo Fiscal

39

Em relação aos aspectos gerais do sigilo fiscal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Entre as exceções ao sigilo fiscal, está a requisição de autoridade legislativa, no interesse do Poder Legislativo.
- () Com base o sigilo fiscal, é proibida a divulgação de dados prevista no § 3º do Art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN) (representações fiscais para fins penais, inscrições na dívida pública, parcelamento ou moratória, e incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica).
- () A permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e os Estados estrangeiros, desde que prevista em tratados, acordos ou convênios, configura uma exceção ao sigilo fiscal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – F.

40

Acerca do sigilo fiscal e das suas exceções, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Quando houver previsão em convênio firmado entre a RFB e outra administração tributária de entes públicos estaduais, municipais e do Distrito Federal, e atendidos os requisitos estabelecidos no respectivo convênio, as Fazendas Públicas deverão prestar assistência mútua e permutar dados para auxiliar na fiscalização dos respectivos tributos.
- (B) Caso o sujeito passivo seja casado, é necessário informar os dados protegidos por sigilo fiscal da unidade familiar para a autoridade administrativa solicitante.
- (C) Também se configura exceção ao sigilo fiscal a possibilidade de permutar informações com Estados estrangeiros, no interesse da arrecadação e fiscalização de tributos, com base no estabelecido em tratados, acordos e convênios.
- (D) Caso a solicitação de autoridade administrativa, no interesse da Administração Pública, se referir a processo de investigação de infração de natureza penal, não é possível fornecer dados protegidos por sigilo fiscal.
- (E) Não cabe à Receita Federal analisar se a motivação da requisição judiciária é no interesse da Justiça.

41

A respeito das situações específicas de exceção ao sigilo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Receita Federal do Brasil (RFB) deve fornecer informações sujeitas ao sigilo fiscal à Controladoria Geral da União (CGU) para o desempenho de atribuições institucionais pelo referido órgão, exceto operações financeiras previstas no art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 2001.
- (B) Quando da instauração de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) ou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), estas comissões são revestidas de poderes de investigação das autoridades policiais e administrativas, no interesse da Administração Pública.
- (C) O Ministério Público Eleitoral possui competência para requisitar informações protegidas pelo sigilo fiscal, com base na Lei Complementar nº 75, de 1993.
- (D) A Defensoria Pública da União pode ter acesso a dados protegidos pelo sigilo fiscal em todos os processos em que atuar.
- (E) A Receita Federal do Brasil (RFB) deve fornecer de forma ampla dados solicitados pela Advocacia-Geral da União (AGU), pois este órgão busca a defesa da Administração Pública.

42

Com relação às consequências da inobservância ao sigilo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente há previsão de penalidades no âmbito penal quando da violação ao sigilo fiscal, não ao sigilo funcional.
- (B) A Lei nº 8.112, de 1990, prevê penalidade de demissão quando for apurada revelação de segredo apropriado em razão do cargo.
- (C) A violação ao sigilo fiscal apenas pode ser punida no âmbito administrativo e penal.
- (D) É permitido o compartilhamento de senha para acesso a sistemas para despachantes aduaneiros, quando necessário para agilizar o andamento do trabalho.
- (E) A Lei nº 8.112 de 1990 silencia quanto à previsão de penalidade por violação ao sigilo funcional.

Sistema Público de Escriturações Digitais - SPED

43

Sobre o eSocial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Após o envio de todas as informações relativas a um movimento, o contribuinte declarante deve fechá-lo, utilizando-se do evento de fechamento.
- (B) Caso sejam necessárias retificações, exclusões ou envio de novos eventos referentes a um movimento já fechado, ele deve ser reaberto.
- (C) Podemos dizer que um conjunto de eventos periódicos referentes ao mesmo período de apuração corresponde a um "movimento".
- (D) O fechamento do movimento sinaliza que o envio das informações relativas ao respectivo período de apuração foi finalizado.
- (E) O envio de eventos periódicos é permitido apenas se o movimento estiver com status fechado.

44

Sobre a EFD-Contribuições, assinale a afirmativa correta.

- (A) A EFD-Contribuições foi criada junto com o regime não cumulativo do PIS, em dezembro de 2002.
- (B) O IPI e o ICMS são os tributos apurados e escriturados na EFD-Contribuições.
- (C) Os optantes pelo Simples Nacional estão dispensados da EFD-Contribuições, relativamente aos períodos abrangidos por esse regime.
- (D) A EFD-Contribuições é administrada pela SEFAZ-RS.
- (E) Os arquivos da EFD-Contribuições têm periodicidade decendial.

45

Em relação aos documentos fiscais do Sped, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na NF-e de mercadorias há unificação nacional no quesito apuração e recolhimento.
- (B) A NF's-e padrão nacional surgiu em 2006, juntamente com a NF-e.
- (C) Com a Emenda Constitucional nº 132 de, 20 de dezembro de 2023, que deu ensejo à Reforma Tributária do Consumo (RTC) os atuais documentos fiscais continuarão sendo o meio de formalização das operações de consumo.
- (D) O CT-e não precisará passar por alterações em seu layout em razão da Reforma Tributária do Consumo (RTC).
- (E) Na NF-e ou outro ativo financeiro, a receita federal do Brasil foi a única responsável pela concepção, especificações e requisitos.

46

Acerca da E-Financeira, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Acordos internacionais fomentaram a criação da e-Financeira.
- (B) A e-Financeira não tem a finalidade de apuração de tributos.
- (C) Na e-Financeira, há eventos de tabela, periódicos, de abertura e de fechamento.
- (D) O modelo de eventos adotado pela e-Financeira é semelhante ao adotado pelo eSocial e pelo EFD-Reinf.
- (E) Transferência entre contas de mesma titularidade não precisam ser identificadas na e-Financeira.

47

Com relação à Escrituração Contábil Digital (ECD), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A pessoa jurídica dispensada de apresentar a ECD pela Instrução Normativa RFB nº 2.003/21, mas que apresentá-la de forma facultativa, não está sujeita a multas por não apresentação da ECD nos prazos fixados.
- () Todas as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive as equiparadas, as imunes, as isentas, os órgãos públicos, as autarquias e as fundações públicas deverão apresentar a ECD.
- () O arquivo digital da ECD é constituído de blocos, referindo-se cada um deles a um agrupamento de diversas informações e registros. Cada bloco possui um conjunto de registros e cada registro possui um conjunto de campos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

48

Em relação à Escrituração Fiscal Contábil (ECF), assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser entregue de forma centralizada pela matriz, sendo uma ECF para cada estabelecimento da pessoa jurídica.
- (B) Entre as funcionalidades do Programa Validador da ECF está a recuperação das informações das ECD dos últimos 5 (cinco) anos-calendário.
- (C) Para as pessoas jurídicas não obrigadas a entregar a ECD, a ECF deve conter todas as informações da ECF e da ECD.
- (D) A ECF contém informações econômicas e gerais das pessoas jurídicas, além da Declaração País-a-País (Country By Country Report) e da Demonstração Sobre a Utilização de Recursos em Moeda Estrangeira Decorrente do Recebimento de Exportações (Derex).
- (E) A ECF foi criada para a apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

49

A Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI (EFD-ICMS/IPI) é uma obrigação acessória integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Sobre essa escrituração, assinale a afirmativa correta.

- (A) A EFD-ICMS/IPI deve ser entregue trimestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre de apuração.
- (B) A EFD-ICMS/IPI substitui a escrituração e impressão dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do ICMS e do IPI, Livro CIAP e Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.
- (C) A obrigatoriedade da EFD-ICMS/IPI está vinculada à forma de constituição da empresa, sendo dispensadas as sociedades limitadas.
- (D) O prazo geral para entrega da EFD-ICMS/IPI é definido pela Receita Federal do Brasil, sendo até o décimo dia útil do mês subsequente ao encerramento do mês da apuração.
- (E) A recepção do arquivo digital da EFD-ICMS/IPI implica automaticamente a homologação das apurações dos impostos efetuadas pelo contribuinte.

50

Sobre a EFD-Reinf, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A EFD-Reinf é utilizada para informar retenções na fonte de IR, CSLL, Cofins e PIS/Pasep, além de contribuições previdenciárias não relacionadas à folha de pagamento.
- () A periodicidade da EFD-Reinf é mensal, com exceção do evento relativo à Contribuição Previdenciária sobre Receita de Espetáculos Desportivos, que deve ser informada até o segundo dia útil após a realização dos espetáculos.
- () O envio da EFD-Reinf dispensa a utilização de certificado digital, bastando login no e-CAC.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – V.

Tributação e Contencioso

51

Sobre as fontes de direito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) As fontes formais são os próprios fatos da vida social.
- (B) As fontes materiais são as formas assumidas pelas normas jurídicas.
- (C) A legislação tributária, tal qual estabelecida pelo artigo 96 do CTN, abrange somente as regras constitucionais previstas na Constituição.
- (D) As propostas de emenda constitucional podem alterar todo e qualquer aspecto da Constituição em que o legislador constitucional entenda necessária alteração.
- (E) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

52

Sobre o lançamento do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos termos do artigo 142 do CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (B) O CTN prevê as seguintes modalidades de lançamento: de ofício, por declaração ou em virtude de acordo entre as partes.
- (C) O lançamento por homologação é aquele efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro.
- (D) O lançamento por homologação prevê a obrigatoriedade da homologação expressa pela autoridade administrativa, sem a qual o lançamento é nulo de pleno direito.
- (E) O lançamento de ofício é aquele originado de confissão de dívida constituída a partir da declaração do contribuinte.

53

Acerca dos princípios relativos ao processo administrativo fiscal, assinale a opção que apresenta o conceito correto.

- (A) Contraditório e ampla defesa – *somente aplicado na esfera judicial, tendo em vista que a esfera administrativa exige celeridade e eficiência.*
- (B) Verdade material – *o processo tem que ser impulsionado de ofício até a sua conclusão.*
- (C) Informalidade – *é o princípio que determina o desapego às formalidades excessivas e complexos ritos processuais, sem prejuízo à regular constituição e segurança jurídica dos atos que compõem o processo.*
- (D) Unidade de jurisdição – *as decisões administrativas são definitivas para os contribuintes que dela fizerem parte.*
- (E) Celeridade processual – *é vinculado ao princípio da oficialidade, significando que a Administração deve tomar decisões com base nos fatos como se apresentam na realidade.*

54

Acerca da comunicação dos atos processuais, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A intimação pessoal é realizada pelo autor do procedimento ou servidor do órgão preparador, provada com a assinatura do sujeito passivo, do seu mandatário ou preposto.
- (B) A ordem de preferência para utilização dos meios de intimação prevê a obrigatoriedade da utilização da intimação pessoal antes de qualquer outra no processo, sob pena de nulidade do procedimento.
- (C) A intimação por via postal é confirmada pela assinatura do recebedor da correspondência no seu domicílio tributário, ainda que não seja o representante legal do destinatário.
- (D) A intimação por edital somente pode ser utilizada quando resultar improfícua a intimação por uma das formas previstas de intimação, quais sejam, a pessoal, a postal ou a eletrônica.
- (E) O edital pode ser publicado no endereço da administração tributária na internet.

55

Acerca da contagem dos prazos no processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) É realizada em dias úteis.
- (B) Será incluído o dia de início na contagem e excluído o dia do vencimento.
- (C) Os prazos sempre se iniciam no dia de início, mesmo que este dia não for um dia de expediente normal na repartição pública.
- (D) Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
- (E) O prazo de contagem pode ser interrompido após a contagem em caso da ocorrência de feriado municipal, estadual ou federal.

56

A empresa *Alfa* foi intimada de auto de infração pessoalmente, por meio do seu representante legal, no dia 6 de janeiro de 2025, dia de expediente normal na Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre. A delegacia funcionou normalmente em todos os dias úteis nos meses de janeiro e fevereiro.

Janeiro							Fevereiro							Março						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
														30	31					
6:00 13:00 21:00 29:00							5:00 12:00 20:00 27:00							6:00 14:00 22:00 29:00						
1 - Confraternização Universal														4 - Carnaval						

Nesse caso, a data final para apresentação da impugnação ao lançamento é dia

- (A) 4 de fevereiro, terça-feira.
- (B) 21 de janeiro, terça-feira.
- (C) 20 de janeiro, segunda-feira.
- (D) 5 de fevereiro, quarta-feira.
- (E) 6 de fevereiro, quinta-feira.

57

Sobre o início do procedimento fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Inicia-se pelo primeiro ato escrito praticado por qualquer servidor integrante da administração tributária federal.
- (B) Inicia-se pelo começo do despacho aduaneiro de mercadoria importada.
- (C) A exclusão da espontaneidade somente ocorrerá se lavrado o respectivo auto de infração.
- (D) A exclusão da espontaneidade se aplica somente aos atos posteriores ao termo de início de fiscalização.
- (E) Os efeitos da exclusão de espontaneidade se estendem pelo prazo de 180 dias contados do início do procedimento fiscal.

58

Sobre a formalização da exigência fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A qualificação do autuado e a descrição dos fatos são dois dos requisitos mínimos exigidos para a formalização do auto de infração.
- (B) A determinação da exigência e o prazo de 10 dias para apresentação da impugnação são requisitos mínimos para formalização do auto de infração.
- (C) Qualquer servidor pode lavrar auto de infração em caso de urgência ou necessidade da repartição mediante portaria do seu delegado.
- (D) O despacho aduaneiro deve ser precedido de autorização expressa da fiscalização para dar início ao procedimento fiscal.
- (E) A competência para a expedição da notificação de lançamento é exclusiva do secretário da Receita Federal no exercício do cargo.

59

Sobre o contencioso administrativo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A decisão monocrática de primeira instância é proferida por integrante das turmas ordinárias das DRJs, desde que o lançamento fiscal ou controvérsia não supere 60 salários-mínimos.
- (B) A decisão de segunda instância é proferida pelas turmas recursais da DRJ-R, desde que o lançamento fiscal ou controvérsia não supere 60 salários-mínimos.
- (C) A decisão de primeira instância para os processos cujo valor supere os 60 salários-mínimos é monocrática, de auditor-fiscal integrante das turmas da DRJ.
- (D) A decisão de segunda instância para os processos cujo valor supere os 60 salários-mínimos é do Carf.
- (E) A decisão de instância especial é da Câmara Superior de Recursos Fiscais para processos cujo valor supere os 60 salários-mínimos.

60

Sobre o processo de consulta, assinale a afirmativa correta.

- (A) O processo de consulta pode ser formulado verbalmente, no contato com o fiscal de plantão na administração tributária.
- (B) Somente o sujeito passivo pode formular consultas à administração tributária.
- (C) Se o resultado da consulta implicar pagamento, este deve ser efetuado no prazo de 5 dias para resguardar o contribuinte da aplicação de penalidades.
- (D) As decisões da Cosit em solução de consulta valem somente para a parte formuladora, não vinculando os demais órgãos da RFB.
- (E) A consulta será solucionada em instância única.

Realização

